

**O COMENTÁRIO DA JORNALISTA SALETE LEMOS  
NO JORNAL DA CULTURA EM 31/5/2007:  
um ato discursivo parresiástico?**

*THE COMMENT BY THE JOURNALIST SALETE LEMOS IN JORNAL DA CULTURA,  
ON 5/31/2007:  
a parrhesiastic speech act?*

Vidomar Silva Filho  
Doutorando em Linguística - UFSC<sup>1</sup>

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”  
(Michel Foucault, em **A Ordem do Discurso**, p. 8-9)

**Resumo**

Em 2007, a jornalista Salete Lemos foi demitida da TV Cultura, dois meses após ter feito, ao vivo, uma crítica ácida aos bancos e ao governo brasileiros. Neste artigo, examino a possibilidade de que o episódio, tomado como cena, configure-se como *parresia*, no sentido apontado por Foucault (2008b), como o dizer franco e verdadeiro no contexto democrático. Inicialmente, apresento a *parresia*, limitando-me aos seus sentidos anteriores ao Cristianismo. A seguir, configuro o evento discursivo como cena teatral. Por fim, examino a possibilidade de que se esteja diante de um evento discursivo parresiástico. Para isso, postulo a mobilização de uma personagem, *o brasileiro indignado*, cuja enunciação comporta todos os elementos da *parresia*: a *isonomia*, a *sociedade agonística*, o *dizer verdadeiro* e a *coragem*.

**Palavras-chave:** Parresia. Dizer verdadeiro. Democracia. Cena teatral.

**Abstract**

In 2007, the journalist Salete Lemos was dismissed from TV Cultura, two months after making severe criticisms to the Brazilian banks and government. In this study, I examine the possibility that this episode, taken as a scene, represents *parrhesia*, in the sense proposed by Foucault (2008b) as the honest and true speech in a democratic context. First, I present parrhesia, limiting to its senses before the Christian Era. Then I examine the possibility that we are dealing here with a parrhesiastic speech event. For this, I postulate the mobilization of a character, the *indignant Brazilian citizen*, whose enunciation comprises all elements of *parrhesia*: *isonomy*, *agonistic society*, *true speech*, and *courage*.

**Keywords:** Parrhesia. True speech. Democracy. Theater scene.

---

<sup>1</sup> vidomarsf@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

A jornalista Salete Lemos era comentarista de economia do programa *Jornal da Cultura*, produzido e veiculado pela TV Cultura de São Paulo. Em 31 de maio de 2007, no seu programa, ao vivo, fez duras críticas aos bancos e ao governo brasileiro. Menos de dois meses depois, em julho, foi demitida da emissora, enquanto gozava de férias.

O vídeo com as críticas da jornalista foi postado por vários usuários do serviço *Youtube*. As duas postagens com maior número de acessos<sup>2</sup>, até o dia 13 de setembro de 2008, contabilizavam quase setecentas mil visitas e mais de oitocentos comentários, a imensa maioria dos quais se solidarizando com a jornalista e/ou endossando suas críticas.

A versão apresentada pela jornalista é que sua demissão deveu-se a um ato de arbitrariedade da direção da emissora, motivada por pressões exercidas pela Federação dos Bancos Brasileiros – FEBRABAN e, mais especificamente, pelo banco Bradesco. Essa versão sofreu algumas contestações de jornalistas, da direção da emissora e da FEBRABAN, ainda que esta não tivesse exigido da emissora uma retratação ou um direito de resposta.

Uma das contestações, de notável virulência, foi publicada como comentário nos *blogs* Reflexões sobre quase tudo<sup>3</sup>, Pó de Vídeo<sup>4</sup>, Só Aborrecimento<sup>5</sup>, francy.multiply.com<sup>6</sup> e Le Maison dieu<sup>7</sup>. O autor da crítica, que assina com o pseudônimo Manuel Mann, sustenta que Salete Lemos – por ele adjetivada de “palhaça”, “malaca velha” e “profissional nada confiável e de gabarito altamente duvidoso” – sabia que seria demitida, devido a reestruturações em curso na emissora. Assim, teria trazido à baila um fato antigo, de vinte anos antes, para “tentar forçar sua demissão da emissora, e assim poder posar de ‘vítima da sua própria integridade profissional’”.

Neste estudo monográfico, não visou buscar uma verdade quanto à justeza da demissão da jornalista, nem quanto aos motivos que a levaram a fazer a crítica aos bancos e ao governo brasileiro. Quero antes examinar a possibilidade de que o episódio, tomado como cena, configure-se como evento discursivo *parresiástico*, no sentido de *parresia* apontado por Foucault (2008b) como o dizer franco e verdadeiro no contexto democrático.

Inicialmente, apresentarei a *parresia*, conforme discutida por Foucault (2008b), limitando-me aos sentidos de *parresia* anteriores ao Cristianismo, que são os que nos interessam neste trabalho. A seguir, configurarei a cena enunciativa – tomada como cena teatral –, tanto nos elementos cênicos em si quanto nos participantes: o vídeo-espço do *Jornal da Cultura*, tomado como palco; Salete Lemos, como dramaturga-atriz *parresiasta*; o brasileiro indignado, os bancos e o governo brasileiro, como personagens; os telespectadores, como platéia. Por fim, examinarei a possibilidade de que se esteja diante de um evento discursivo *parresiástico*.

<sup>2</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=L\\_7mwKik\\_bQ](http://www.youtube.com/watch?v=L_7mwKik_bQ) e

<http://www.youtube.com/watch?v=iP8jsqFlaQQ&feature=related>

<sup>3</sup> <http://daladier.blogspot.com/2007/09/salete-lemos-demitida-por-justa-causa.html>

<sup>4</sup> <http://podevideo.blogspot.com/2007/09/comentrio-de-salete-lemos.html>

<sup>5</sup> <http://soaborrecimento.blogspot.com/2007/09/salete-lemos-s-aborrecimento.html>

<sup>6</sup> <http://francy.multiply.com/video/item/41>

<sup>7</sup> <http://m26j.wordpress.com/2008/06/24/74/>

## 2 PARRESIA

Segundo Sharpe (2007), Michel Foucault dedicou boa parte de sua carreira a investigar uma das mais instigantes questões nietzschianas: O que em nós quer a verdade, por que não a mentira? Suas últimas palestras no Collège de France, em 1982-1983, intituladas *O governo de si e dos outros* (*Le gouvernement de soi et des autres*), seguindo essa mesma linha de investigação da verdade, tratam do tema da *parresia* e do seu papel na construção do sujeito e na sua relação com as estruturas de poder.

O termo *parresia* (*pan-rhêsia*) significa, literalmente, o *dizer tudo*. Foucault (2008b) faz um histórico do termo e mostra, inicialmente, a *parresia* como um direito democrático na Atenas do século V a. C. Para isso, utiliza *Íon*, uma peça menor de Eurípedes, que elabora as dificuldades e conseqüências do dizer verdadeiro. A *parresia*, nesse primeiro contexto, é um direito herdado (*isegoria*) que têm os cidadãos adultos atenienses de expressar suas opiniões na assembléia (*ecclesia*), apoiados em sua *isonomia*, que é a igualdade perante a lei. É esse direito que a personagem *Íon* reivindica:

**Íon:** Vou já, mas, para ser feliz uma coisa me falta. Se não encontrar aquela que me concebeu, meu pai, a vida ser-me-á intolerável. E se me lícito é exprimir um voto, possa minha mãe ser de Atenas, para que eu dela receba o direito de falar livremente. É que, se um estrangeiro entra na cidade de pura linhagem, ainda que de nome se torne cidadão, a sua língua permanecerá escrava, nunca poderá exprimir-se com inteira liberdade. (EURÍPEDES. *Íon*. 2º episódio.)

Mesmo sendo filho de Xuto, o tirano de Atenas, *Íon* não tem a *parresia*, porque Xuto não é nascido em Atenas. O rapaz, que se supunha órfão, alegra-se ao saber que é filho de Xuto, mas logo se entristece, pois sabe que, ainda que alcance o poder, terá grande dificuldade de exercê-lo:

**Íon:** O aspecto das coisas não parece o mesmo, quando as examinamos a distância ou de perto. Alegra-me, sem dúvida, a circunstância de ter encontrado em ti um pai; mas atende às seguintes reflexões. Dizem que o povo autóctone e glorioso de Atenas está isento de sangue estrangeiro. Nesta cidade cairei, sofrendo o duplo mal de ser filho de um estrangeiro e, ainda por cima, bastardo. Alvo dessa censura, se me faltar o poder, serei alcunhado de ninguém, filho de ninguém. Se, pelo contrário, procurar ser alguém, esforçando-me por alcançar a primeira posição da cidade, serei odiado pelos incapazes, porque a superioridade é sempre penosa. Quanto aos que, sendo honestos e capazes de sabedoria, se calam e evitam lançar-se na vida pública, para estes farei figura de riso e de loucura, por não me manter tranqüilo na cidade cheia de receio. [...] (EURÍPEDES. *Íon*. 2º episódio.)

Mais tarde, *Íon* descobre que é filho de Creúsa, que o pensava morto. E o rapaz pode finalmente ter a *parresia*, porque é filho de uma ateniense. Na mesma peça *Íon*, a *parresia* aparece ainda com um segundo sentido. Agora como a fala franca do mais fraco contra o mais forte, apontando os erros deste e reivindicando direitos. Isso ocorre quando Creúsa dirige-se a Febo (Apolo), recriminando-o por tê-la violentado, por ter deixado que as aves de rapina devorassem o filho que gerou – Creúsa ainda não sabe

que Íon é, na verdade, o filho que supunha morto – e por fazer com que Xuto, seu marido, adote Íon para ocupar o lugar que, por direito, seria do seu filho.

Na democracia ateniense, então, a *parresia* refere-se a uma situação de dizer a verdade em um contexto agonístico em que existe liberdade de expressão, a qual é garantida como um direito político, um direito de participação na *polis*. Segundo Miller (2006, p. 34), para representar a *parresia* nesse contexto – a *polis* democrática – Foucault situa os elementos da *parresia* como os quatro vértices de um retângulo:

- |   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| 1. a isonomia (igualdade perante a lei) | 2. a sociedade agonística         |
| 3. o dizer verdadeiro                   | 4. a coragem (uma condição moral) |

Quanto ao dizer verdadeiro do esquema imediatamente anterior, deve-se entender essa verdade como o meio pelo qual a vida (*bios*) do sujeito coincide com seu dizer (*logos*) e também como um sinal manifesto disso. Na *Hermenêutica do sujeito* (2001), Foucault exprime essa condição de *parresia* nos seguintes termos:

Eu falo a verdade; eu lhe falo a verdade. E o que autentica o fato de que eu lhe falo a verdade é que, como o sujeito de minha conduta, eu sou efetivamente e completamente idêntico ao sujeito da enunciação que eu sou quando eu lhe digo o que lhe digo. Acredito que aqui estamos no coração da *parresia*. (*apud* MILLER, 2006, p. 28)

Quanto à coragem, Foucault (2008b) destaca que a *parresia* sempre envolve algum risco porque há sempre uma assimetria de poder entre aquele que profere o discurso e aquele a quem ele se dirige. Seja o destinatário da fala um indivíduo ou grupo, este é sempre mais poderoso que o parresiasta e tem alguma forma de puni-lo. Assim, a *parresia* envolve desde riscos relativamente menores (como ser ridicularizado na assembléia, ter suas opiniões rejeitadas), até o risco de morrer. A esse respeito, Sharpe (2007) cita o exemplo de Martinho Lutero que, na *Dieta de Worms*, recusa-se a retratar-se, mesmo sob risco de excomunhão e até perda da vida.

Esse risco da *parresia* acaba por corroê-la como prática de democracia. Temendo a reação da audiência na *ecclesia*, que podia implicar desaprovação, ostracismo, exílio e até morte, os oradores vão-se abstendo da *parresia* e recorrendo cada vez mais à bajulação e à retórica, que Foucault coloca como diametralmente opostas à verdadeira *parresia*. A esse respeito, diz Miller (2006, p.36):

Foucault conclui essa seção sobre a *parresia* democrática observando que o discurso de verdade necessariamente introduz uma distinção na estrutura da democracia. Pode-se ter um discurso de verdade fora da democracia, mas dentro da democracia, não é porque todos podem falar que todos podem, então, falar a verdade. Ainda assim, o discurso da verdade é necessário para que a democracia continue a existir. Não pode haver governo pelo *dêmos* em um contexto onde as pessoas não podem, ou não querem, correr o risco de falar a verdade em um ambiente agonístico. Mas o discurso da verdade é também sempre ameaçado pela democracia, pelas próprias pressões para apelar ao *dêmos* e para manipulá-lo que representam tanto as condições para o governo do *dêmos* quanto uma ameaça a ele. Esse paradoxo, nota

Foucault, está em evidência na política mediatizada de hoje como estava na Atenas antiga.

Foucault (2008b) diz que depois da derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso (século IV a. C.), mudou radicalmente a noção de *parresia*. Se, na época em Eurípedes escreveu *Íon*, ela era algo completamente positivo, passa agora a ser problematizada não apenas na democracia, mas também em outros regimes políticos. Reconhece-se que o dizer parresiástico, cada vez menos possível, foi substituído pela bajulação e pela retórica.

Segundo Foucault (2008b), é nesse contexto que a *parresia* deixa de ser essencialmente um ato político e passa a ser uma tecnologia do ser. É quando surge o filósofo como um parresiasta que serve a cidade, ajudando a moldar a alma daqueles que irão governar a si e os outros. A *parresia* agora é a fala franca do filósofo ao governante – ou, mais usualmente, ao futuro governante – visando aprimorar-lhe o caráter e prepará-lo para o exercício do poder. Como destaca Miller (2006), fica claro, então, que a *parresia* filosófica, ainda que constitua um ato de discurso dirigido à alma, sempre ocorre num contexto político. Parece, portanto, que isso resolve a relação entre verdade (*parrhêsia*) e política (*politeia*), no contexto da Atenas do século IV a. C. Surge, entretanto, a disputa entre o filósofo e o retórico sobre qual deles teria melhores condições de preparar o futuro governante para exercer o poder em melhor proveito da *polis*. Mas essa disputa foge ao escopo do presente trabalho.

### 3 O EVENTO DISCURSIVO COMO CENA TEATRAL

#### Palco: espaço discursivo do Jornal da Cultura

Como já mencionado, Salete Lemos era a comentarista de economia do Jornal da Cultura, apresentado diariamente às 21 horas. A maioria das matérias desse jornal televisivo versa sobre grandes temas de interesse nacional. Sua linha editorial não é a da chamada “notícia quente”, do furo jornalístico, e diverge bastante da tendência de sensacionalismo e futilidade que domina boa parte da programação de TV brasileira. Antes, coaduna-se com os princípios expressos da Fundação Padre Anchieta, proprietária da TV Cultura. No sítio eletrônico da Fundação<sup>8</sup>, encontram-se informações sobre sua natureza e propósitos:

A Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, instituída pelo governo do Estado de São Paulo em 1967, é uma entidade de direito privado que goza de autonomia intelectual, política e administrativa. Custeada por dotações orçamentárias legalmente estabelecidas e recursos próprios obtidos junto à iniciativa privada, a Fundação Padre Anchieta mantém uma emissora de televisão de sinal aberto, a TV Cultura; uma emissora de TV a cabo por assinatura, a TV Rá-Tim-Bum; e duas emissoras de rádio: a Cultura AM e a Cultura FM.

Por inspiração de seus fundadores, as emissoras de sinal aberto da Fundação Padre Anchieta não são nem entidades governamentais, nem comerciais. São emissoras públicas cujo principal objetivo é

<sup>8</sup> <http://www.tvcultura.com.br/fpa/institucional/quemsomos.aspx>. Acesso em 24/8/2008.

oferecer à sociedade brasileira uma informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural de telespectadores e ouvintes, visando à transformação qualitativa da sociedade.

Apesar dessa pretensa independência em relação ao poder público, em 2006, 60% dos recursos da Fundação Padre Anchieta provinham do governo do Estado de São Paulo, que era também o maior acionista da TV Cultura<sup>9</sup>. Por conta de políticas neoliberais de redução da interferência estatal, recentemente a emissora passou a exibir cada vez mais comerciais de anunciantes privados, entre os quais bancos. Teme-se que isso lhe tolha a independência.

### **Platéia: os espectadores do Jornal da Cultura**

Alinhada com os princípios da Fundação Padre Anchieta, a TV Cultura veicula uma programação mais dedicada à difusão de educação, cultura e informação, menos voltada aos interesses comerciais. Em parte por conta disso, sua audiência é reduzida. Seus programas infantis – líderes de audiência na emissora – já alcançaram até cinco pontos percentuais<sup>10</sup>, mas o Jornal da Cultura costuma ter audiência inferior a um ponto. Chegou a ser destaque o fato de esse jornal ter conseguido alcançar audiência pouco superior a um ponto por quatro dias seguidos, em agosto deste ano<sup>11</sup>.

Essa pequena audiência percentual do Jornal da Cultura, no entanto, tem elevado peso social, pois é constituída majoritariamente por pessoas com grau de instrução e nível socioeconômico mais elevado, das classes médias, pertencentes ao estamento dos chamados ‘formadores de opinião’.

### **Dramaturga e atriz: a jornalista Salete Lemos**

Salete Lemos é bacharel em jornalismo, “com especialização em macroeconomia, finanças, teoria econômica, comércio exterior e economia ambiental pela Fundação Getúlio Vargas”. Começou a carreira como revisora, passando depois à editoria de esportes. Passou por diversos veículos de rádio, televisão e meios impressos. Ganhou por duas vezes (1985 e 1987) o Prêmio Esso de jornalismo. Apresentou por cerca de um ano o Jornal da Cultura, até ser demitida, em meados de julho de 2007<sup>12</sup>.

Ao planejar o texto da matéria sobre o Plano Bresser<sup>13</sup>, como uma dramaturga, Lemos tinha um efeito de sentido pretendido sobre a audiência a que se dirigiria. Já ao fazer o comentário, como uma atriz, escolheu tom de voz, expressões faciais e gestos destinados a provocar no público indignação e revolta.

<sup>9</sup> Sítio Culturaemercado (<http://www.culturaemercado.com.br/post/sob-criticas-tv-cultura-reformula-sua-grade/>)

<sup>10</sup> Sítio Folha Online (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u63515.shtml>)

<sup>11</sup> Dados publicados no blog Opinião Debate Televisão, em 17/8/2008 (<http://opiniaotelevisao.blogspot.com/2008/08/jornal-da-cultura-com-ibope-acima-de-1.html>)

<sup>12</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Salette\\_Lemos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salette_Lemos)

<sup>13</sup> Não é possível determinar com certeza, mas, aparentemente, enquanto falava, Salete Lemos lia no *teleprompter* uma sinopse de seu comentário.

### Personagens: o brasileiro indignado, as instâncias de poder

Vários elementos na enunciação de Salete Lemos, como mostrarei adiante, permitem perceber que ela se enuncia não propriamente como jornalista, encarregada de fazer um comentário sobre uma matéria, mas como uma personagem: um cidadão brasileiro indignado com a desfaçatez dos bancos e a inação do governo. No deslocamento de um discurso (o discurso da roda de conversa cotidiana a respeito do poder) para o interior de uma esfera discursiva que não lhe é própria, Salete Lemos cria uma personagem protagonista, que dirige imprecações e insultos contra as instâncias de poder. É essa personagem que, creio, comete a *parresia*.

Já os bancos e o governo surgem também antropomorfizados em expressões como “se sentem à vontade” (os bancos) e “soltou a pior” (o governo), constituindo aquelas personagens contra as quais o cidadão brasileiro indignado dirige suas imprecações. No comentário da jornalista, as vozes dessas personagens aparecem como discurso reenunciado. Vêm, portanto, refratadas, matizadas de ironia e sarcasmo pela voz da personagem protagonista.

### Texto e encenação: o comentário de Salete Lemos

Todos os vídeos do comentário de Salete Lemos postados no serviço *Youtube* começam da mesma forma. Não é possível saber o que vem antes, mas pode-se supor que seja alguma nota ou matéria mais extensa, relativa ao fato de os bancos terem aproveitado o Plano Bresser para lucrar indevidamente – roubar, nos termos da personagem protagonista. Assim, a fala inicial – “Parece brincadeira, né?” – tanto pode estar avaliando esse já-dito, quanto avaliando o que está por vir.

A seguir, apresento a transcrição completa do vídeo disponível no *Youtube* com o comentário de Salete Lemos. Incluo algumas marcações, que procuram dar conta parcial da entonação e gesticulação utilizadas pela jornalista. As maiúsculas indicam os momentos em que a jornalista aumenta o volume do voz para enfatizar palavras ou partes delas. Nesses momentos, a fala é freqüentemente acompanhada de expressões faciais e movimentos corporais cujo detalhamento omito. Em anexo, incluo a transcrição sem as marcações, para facilitar a leitura.

[Inicialmente com os olhos baixos, lê alguma anotação na mesa e balança a cabeça, numa atitude que tanto revela desaprovação quanto desconsolo. Ao mesmo tempo, sorri, como que para mostrar o absurdo da situação de que se trata. Inspira, encara o público e começa a falar.] *Parece brincadeira, né? Os bancos – não bastassem as ABSURDAS tarifas, cobradas a todo e qualquer MÍNIMO serviço* [Faz com dedos o gesto de algo muito pequeno] – *agora se sentem à vontade TAMBÉM para o enriquecimento ilícito* [Gesto rápido com a mão espalmada para cima, correndo à frente do corpo, como que para mostrar algo que está à frente, como para dizer “eis aí”.]. *Não dá pra acreditar. Só o Bradesco* [Dedo indicador em riste, como quem assevera, ao mesmo tempo que inclina o corpo para frente, como que buscando encurtar a distância entre si e o espectador], *que vale mais de cem BI-lhões de reais e que, no PRIMEIRO TRIMESTRE deste ano lucrou – eu disse lucrou – 1,7 bilhões, teve a coragem de lesar*

*MILHARES de clientes, com o argumento de que – cê viu – [tom sarcástico] não houve TEMPO pra pesquisa de dados. [Levanta a mão aberta ao lado da boca, com a palma para fora, como quem vai fazer um comentário em segredo]. Vinte anos. A Caixa Econômica Federal – pior, hein – diz que [Alça os ombros e fala em tom irônico] “não tenho funcionários”. É inacreditável. [Inclina-se para frente, como para ouvir melhor uma hipotética pergunta do espectador: “E o governo nada faz?”] O governo – [Joga o corpo para trás, como quem diz: “Ah, essa sua pergunta eu já esperava.”] ah, o governo – o governo soltou a pior: Segundo o ministro Mantega, o governo estuda RECONHECER essa dívida. [Tom indignado, que se mantém nas frases seguintes] Reconhecer o quê? Assumir o quê? O ROUBO dos bancos, que sonegaram extratos? Que embolsaram um TRILHÃO e novecentos bilhões de reais? Isso é praticamente todo o PIB brasileiro, o total de riquezas geradas pela economia brasileira, a economia que trabalha. A nós [Aponta com a mão estendida para o próprio peito, reforçando a idéia de inclusão no evento narrado, já marcada pelo uso da primeira pessoa do plural], que pagamos Bilhões em impostos e mais alguns outros Bilhões em tarifas bancárias, resta aguardar agora a decisão da Justiça [Gesto rápido com as duas mãos estendendo-se para frente e para fora, com sentido aproximado de: “Eis aí”]. Hoje a Defensoria Pública da União entrou com uma ação civil pública na 15ª Vara Federal de São Paulo, pra que TODOS [Marca a palavra com um gesto de esticar o indicador, como que a asseverar] os poupadores prejudicados com o Plano [Bresser] sejam [Fala escandindo as sílabas] au-to-ma-ti-ca-men-te recompensados, SEM a necessidade de entrar com ações individuais. É o MÍNIMO que a Justiça brasileira – se é que ela existe – pode fazer.*

Foi necessário assistir ao vídeo duas ou três dezenas de vezes, tanto para transcrevê-lo quanto para buscar uma interpretação da entonação e da linguagem corporal da jornalista. Assim, aos poucos, a indignação provocada por seu conteúdo – eu também sou um cidadão de classe média espoliado – foi sendo amainada e substituída por um estranhamento da forma como a enunciação se organiza. Parece-me claro agora que, a partir de uma sinopse do texto, um *script* mínimo – provavelmente visível no *teleprompter* –, Salete Lemos pôs em ação uma personagem. Explico: Sua posição de enunciação, comentarista de economia em um telejornal, a princípio, é privilegiada, pois lhe permite expor seus pontos de vista com relativa liberdade, comparativamente àqueles repórteres cuja tarefa consiste em ler com entonação e expressão facial adequada o texto do *teleprompter* (Estes se vêem numa das situações mais extremas de submissão ao discurso de outrem). Mas essa posição discursiva de Salete Lemos como comentarista também lhe impõe uma série de limitações ao discurso que poderia proferir. Como lembra Foucault (2008a, p. 9),

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se



compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.

Então, percebe-se que a sua posição de enunciação – comentarista de um telejornal conceituado, sóbrio – não coincide com o conteúdo de sua fala. Ela até acusa os bancos de roubar, sem que isso tenha sido legalmente provado. Seu discurso, nesse ponto, aproxima-se das falas cotidianas, da conversa doméstica ou de botequim e se afasta da (pretensa, é fato) objetividade jornalística. E não só o conteúdo muda, mas também a forma de expressá-lo. Os vários recursos de *mis-en-scène* – gesticulação, movimentação corporal, entonação expressiva, sarcasmo, tom indignado –, no seu conjunto, violam a postura normalmente assumida por alguém que fala a partir desse lugar de enunciação. Portanto, também a forma aproxima esse discurso das falas cotidianas.

O resultado é o estabelecimento de um profundo laço de empatia com o público visado, com a classe média brasileira, em cujo imaginário está bem construído o discurso da espoliação pelo estado e pelos bancos. E isso só é possível porque, na cisão entre o lugar de enunciação e o discurso proferido, surge essa personagem com cujo discurso o espectador pode identificar-se, a respeito de quem pode pensar: “Aí está alguém que pensa o que eu penso e diz o que eu gostaria de poder dizer aos ricos e poderosos”. E a atuação exagerada, quase farsesca, de Salete Lemos contribui para que essa personagem fique em evidência, destacada do lugar de enunciação.

## 5 A POSSÍVEL *PARRESIA*

Em nome de uma suposta objetividade jornalística, esperar-se-ia que o comentário de Salete Lemos se mostrasse impessoal, vazado em linguagem neutra, não emotiva. Em tempos recentes, tem havido uma tendência de personalização do jornalista, com a figura do âncora mais e mais mostrando-se como alguém dotado de opiniões próprias – e emoções. Entretanto, mesmo isso é feito dentro de um jogo discursivo em que emoção e indignação raramente se voltam contra as reais instâncias de poder. Por cuidadosos mecanismos de controle, o discurso impõe sua ordem.

Assim, o comentário de que se trata aqui soa estranho e, à primeira vista, parresiástico. Para avaliar se isso é verdade, retomo os elementos da *parresia* democrática, conforme delineados por Foucault para a *polis* democrática, e tento aplicá-los ao comentário de Salete Lemos.

### 5.1 A isonomia

Ainda que haja controvérsias relativamente a isso, parto do pressuposto de que vivemos em uma sociedade democrática. E, por vivermos em uma democracia, assumo o postulado de que todos somos iguais perante a lei, mesmo que na prática isso não se verifique. A iniquidade da Justiça brasileira é notória, mas decorre de um acesso diferenciado ao poder e não de leis que diferenciem os indivíduos. Isso, a princípio, garante isonomia tanto para Salete Lemos quanto para o brasileiro indignado que ela representa – teatralmente, como personagem.

## 5.2 A sociedade agonística

Dos quatro elementos do esquema, certamente, este se aplica à perfeição à sociedade brasileira de hoje. No campo da política partidária, grupos se engalfinham pelo poder, depois tecem alianças que serão desfeitas logo a seguir, manipulam a opinião pública e usam meios escusos com o fim de alcançar o comando e nele manter-se. Por outro lado, o senso de solidariedade entre classes é muito pequeno – haja vista o escândalo da classe média frente ao dispêndio do governo com programas sociais, uma perversa distribuição de renda, o abandono da escola pública pela classe média e outros incontáveis exemplos. Na falta de um projeto claro de nação, os grupos que detêm o poder aproveitam-se do estado para exercer a dominação sobre os demais.

Nesse contexto, o cidadão de classe média é quem tem a pior percepção do estado. É sobre ele quem recai a maior carga de impostos visíveis. Precisa pagar por serviços de educação e saúde que, teoricamente, deveriam ser custeados com os pesados impostos que paga. E ainda percebe que são os ricos que controlam o estado.

Salete Lemos pertence à classe média, e sua personagem, como já afirmado, traz o discurso dessa classe, bastante evidente no trecho “[...] nós, que pagamos bilhões em impostos e mais alguns outros bilhões em tarifas bancárias [...]”. Assim, quer se olhe diretamente para a jornalista, quer se olhe para a personagem que mobiliza, vê-se o discurso proferido em um ambiente agonístico e vê-se também que quem profere esse discurso é alguém mais fraco que o poder contra quem se volta.

## 5.3 O dizer verdadeiro

Aqui temos o primeiro grande problema a resolver. Como já mencionado, a verdade de que se trata aqui não é a verdade moderna, a verdade cientificamente comprovável, que depende de condições externas ao sujeito para sua confirmação. Trata-se da *aletheia*, assim descrita por Chauí (2000, p. 99):

Em grego, verdade se diz *aletheia*, significando: não-oculto, não-escondido, não-dissimulado. O verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito; a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é. O verdadeiro se opõe ao falso, *pseudos*, que é o encoberto, o escondido, o dissimulado, o que parece ser e não é como parece. O verdadeiro é o evidente ou o plenamente visível para a razão.

Ora, uma verdade desse tipo depende essencialmente da crença, da convicção. Mas como, então, determinar se alguém fala a verdade? Justamente pela coincidência entre suas atitudes (*bios*) e suas palavras (*logos*). No caso da jornalista, essa coincidência entre discurso e prática não é facilmente verificável. Ainda que tenhamos a acusação feita por Manuel Mann de que a prática e o discurso de Salete Lemos não são coerentes entre si, isso também não pode servir como evidência definitiva. Afinal, também não temos como determinar se Mann fala por um desejo de verdade ou movido por sentimentos de ódio ou inveja contra a jornalista – seu discurso tem indícios claros de que, antes do episódio da demissão de Salete Lemos, ele já nutria por ela profundo ressentimento. Resumindo, o terceiro critério, no caso de Salete Lemos, só poderia ser verificado com cuidadosa pesquisa acerca da coerência entre seus atos e suas falas, ação que a platéia não teria condições de empreender.

Por outro lado, a personagem *brasileiro indignado* traz o discurso que a platéia sabe ser verdadeiro, porque é o seu próprio discurso. No seu imaginário, não há inconsistência entre um brasileiro de classe média deplorar a ação dos bancos (*logos*) e o estado de coisas a que este brasileiro está sujeito (*bios*). Somente para efeito de comparação, soou demagógico para essa mesma classe média o fato de o Vice-Presidente José Alencar, ele próprio um banqueiro, criticar os juros excessivos. Não houve, nesse caso, coincidência entre *vida* e *discurso*.

A respeito da aceitação do discurso presente no comentário como verdadeiro, destaque-se que alguns comentários postados nos *blogs* em que Manuel Mann publicou suas acusações contra Salete Lemos contêm a mesma informação básica: “Eu sei que ela talvez quisesse mesmo ser demitida, mas o que ela fala é verdade.” Vejam-se, por exemplo, os dois comentários a seguir:

Eu não conheço esta jornalista, mas em algum momento ela falou alguma mentira? Se ela estava por cair na rede cultura, isso não é problema nosso. O que foi bastante jornalístico e bastante direto foi a matéria. Realmente os bancos se locupletam de seus clientes, com taxas absurdas, taxas espoliantes e tantas outras situações, que a maioria não tem estas informações e são ludibriados, enganados e muito mais. (Antonio)<sup>14</sup>

A questão dos comentários da jornalista Salete Lemos e sua demissão da emissora TV Cultura são duas coisas irrelevantes! O que realmente importa é que a jornalista proferiu um desabafo sobre o enriquecimento ilícito dos bancos e sobre a atual ação iniciada pela Defensoria Pública da União! Bem, ainda acho que o discurso está bem atual na conjuntura em que foi proferido! (Anônimo)<sup>15</sup>

Se ela é "malaca velha" ou não; se a integridade dela é duvidosa; se a mensagem veio "20 anos" mais tarde: a mensagem é verídica. [...] Se ela aplicou um golpe de "vítima da própria integridade profissional" eu caí consciente. O que ela faz lá, ou não, não é problema meu, no meu papel de telespetador, eu quero a verdade independente de como ela venha, mas a verdade não a censura. (Bru Soares)<sup>16</sup>

Aceita-se que talvez Salete Lemos talvez esteja dissimulando, que sua real intenção não corresponda ao discurso que profere, ou que, em termos foucaultianos, ela não seja “efetiva e completamente idêntica ao sujeito da enunciação”, mas se reconhece como verdadeiro o discurso que profere.

Ainda a esse respeito do *dizer verdadeiro* no comentário de Salete Lemos, é digno de nota que os bancos não a tenham processado por calúnia. Não é possível precisar os motivos pelos quais não o fizeram, mas não seria de todo impensável supor que, mesmo para os bancos, o discurso proferido fosse verdadeiro.

<sup>14</sup> <http://www.emdiacomacidania.com.br/post.php?titulo=salete-lemos-mete-o-pau-nos-bancos-e-perde-o-emprego-coincidencia>. Acesso em 4/9/2008.

<sup>15</sup> <http://soaborrecimento.blogspot.com/2007/09/salete-lemos-s-aborrecimento.html>. Acesso em 4/9/2008.

<sup>16</sup> <http://daladier.blogspot.com/2007/09/salete-lemos-demitida-por-justa-causa.html>. Acesso em 4/9/2008.

Se os bancos exigiram a demissão da jornalista – e não é improvável que isso tenha ocorrido – fizeram-no longe dos olhos da platéia, de forma obscena<sup>17</sup>. Assumindo-se que esse tenha sido efetivamente o caso, tal situação encontra análogo em *Íon*: Quando Creúsa vocifera contra Apolo, este nada lhe responde, porque se sabe culpado. Sabe que o discurso de Creúsa é verdadeiro, mas não pode admiti-lo publicamente, porque é um deus. Daí a necessidade de que outros deuses, Hermes e Atena, intervenham para que a situação encontre bom termo.

#### 5.4 A coragem

Temos aqui o segundo problema a resolver nesta análise. A *parresia* implica coragem, porque *o dizer verdadeiro*, numa situação agonística, comporta risco. Novamente, por não se ter acesso às reais intenções de Salete Lemos, não é possível saber se ela agiu por *coragem*, por oportunismo demagógico, ou por uma explosão momentânea. Se a sua enunciação assenta-se na certeza de que nada tem a perder<sup>18</sup>, não há *coragem*; se é resultado de um furor momentâneo, de impetuosidade, também não há *coragem*, mas tão-somente valentia. Ou seja, novamente é difícil avaliar se, no momento da enunciação, a jornalista tem essa condição moral necessária à *parresia*, que é a *coragem*.

Olhemos para a personagem. Para o *brasileiro indignado* ter a *coragem*, é necessário que algum mal lhe possa advir como resultado de seu *dizer verdadeiro*. Ora, mas como pode uma personagem ser punida, se a peça começa e termina com a sua enunciação? A resposta é que se mata essa personagem, evitando que a peça se reencene, fazendo calar definitivamente sua voz. E isso é o que efetivamente ocorre. O comentário de Salete Lemos não foi repetido na TV Cultura nem em outras emissoras. Tornou-se obsceno. Só é veiculado hoje nos espaços enunciativos (*Youtube*, *blogs*) proporcionados pela internet, que estão largamente fora do alcance do poder dos bancos e do estado.

Aliás, a esse respeito é sintomático que estejam disponíveis hoje no sítio eletrônico da TV Cultura<sup>19</sup> matérias de cada semana, desde 17 de julho de 2008, época em que Salete Lemos foi demitida. Mas não há uma única matéria anterior a essa data, na qual a jornalista poderia aparecer, mesmo aquelas que não têm qualquer relação com o comentário de 31 de maio de 2007. Também não há qualquer menção ao fato de que, durante quase dois anos, ela foi um dos âncoras da emissora. A meu ver, nesse apagar das marcas, configura-se a morte simbólica da jornalista na emissora e a punição tanto dela própria como da sua personagem.

<sup>17</sup> “OBSCENA é uma palavra que deriva do grego *ob-skene* e que significa, fora de cena. A palavra reportava-se àquilo que, na tragédia, se passava fora de cena, como as mortes. Foi assim que chegou até nós o sentido de que o obsceno é aquilo que não é visto, que não deve ser visto. ([http://vigilambulocalho.blogspot.com/2007\\_03\\_01\\_archive.html](http://vigilambulocalho.blogspot.com/2007_03_01_archive.html). Acesso em 12/9/2008)”. Recupere-se aqui, portanto, também esse sentido etimológico do *obsceno* como aquilo que se dá fora da cena, mas que o espectador tem condições de intuir.

<sup>18</sup> Observe-se que Salete Lemos poderia perfeitamente ter feito os seguintes raciocínios: a) “Com as modificações em curso na emissora, serei demitida de qualquer forma.” b) “Os bancos não me processarão porque têm culpa e porque a repercussão do caso não lhes interessa”.

<sup>19</sup> <http://www.tvcultura.com.br/detalhe.aspx?id=453>

Concluindo esta seção, não posso afirmar que a jornalista Salete Lemos tenha cometido *parresia*, porque simplesmente não sei se o seu *dizer é verdadeiro*, no sentido foucaultiano de coincidência entre *logos* e *bios*. Também não sei se vociferou contra as instâncias de poder, bancos e governo, realmente por *coragem*, por demagogia ou por valentia inconsequente.

Já com relação à personagem por ela encenada<sup>20</sup>, sua enunciação comporta todos os elementos da *parresia*: a *isonomia*, a *sociedade agonística*, o *dizer verdadeiro* e a *coragem*. Manifesta-se, portanto, aqui *parresia*, na modalidade descrita por Foucault do dizer verdadeiro no contexto democrático, com os riscos inerentes a essa *parresia*.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não complico desnecessariamente a análise ao postular a criação de uma personagem, em vez de considerar simplesmente como sendo de Salete Lemos o discurso proferido. Tive um bom motivo para fazê-lo: Eu não tenho acesso a outros elementos que me ajudem a decidir se o seu discurso corresponde às suas ações e intenções e se falou contra o poder por *coragem*, conveniência ou valentia. Assim, sua fala poderia ter sido tanto parresiástica, como também poderia ter sido puramente demagógica ou impetuosa.

Postulando a existência da personagem, essa dúvida torna-se irrelevante. Então, posso falar na *parresia* da personagem *brasileiro indignado*, mobilizada por Salete Lemos, com muito mais tranquilidade do que falaria da *parresia* da própria Salete Lemos. Em outras palavras, propus a *parresia* aqui como a mobilização de um discurso verdadeiro – aceito como tal pela platéia, porque coincide com o seu próprio discurso.

Esse procedimento para avaliar a veracidade do discurso e a existência de *parresia* é vantajoso numa sociedade complexa como aquela em que vivemos. A democracia ateniense dava-se num contexto em que um grupo relativamente pequeno de cidadãos reunia-se na *ecclesia* para expressar/ouvir opiniões a respeito de uma *polis* que seria ínfima, comparativamente a uma nação com quase duzentos milhões de habitantes, como é o Brasil de hoje. Além disso, as relações se davam em *vis-à-vis*, não mediadas pelos meios de comunicação de massa como em nossos dias. Portanto, da mesma forma que era muito mais fácil avaliar a coincidência entre *bios* e *logos* e a veracidade do dizer, também era necessária coragem muito maior para proferir o discurso parresiástico, dada a relação imediata com o poder, proporcionada pela proximidade física com o mesmo.

Finalmente, registre-se aqui a importância da rede mundial de computadores para a vivência democrática. O poder conseguiu calar na televisão a voz do *brasileiro indignado* – mobilizada por Salete Lemos – contra os desmandos do estado e do sistema bancário. Mas, nos espaços discursivos proporcionados pela internet, essa voz continua ecoando e ressoando em outros discursos. Pelo menos ali, a “temível materialidade” do discurso não pôde ser esquivada.

---

<sup>20</sup> O quanto de si Salete Lemos põe na personagem que cria não importa para a análise que ora faço. Importa aqui o discurso dessa personagem.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M.. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

EURÍPEDES. **Íon**. [s. l.], [s. d.]

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inicial no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Le gouvernement de soi et des autres**: cours au collège de France (1982-1983). Paris: Seuil/Gallimard/Hautes études, 2008b.

MILLER, P. A.. Truth-telling in Foucault's "Le gouvernement de soi et des autres" and Persius 1: The Subject, Rhetoric, and Power. **Parrhesia**, n. 1, p. 27-61, 2006. Disponível em: <[http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia01/parrhesia01\\_miller.pdf](http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia01/parrhesia01_miller.pdf)>. Acesso em: 3/5/2008.

SHARPE, M.. A question of two truths? Remarks on *parrhesia* and the 'political-philosophical' difference. **Parrhesia**, n. 2, p. 89-108, 2007. Disponível em <[http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia02/parrhesia02\\_sharpe.pdf](http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia02/parrhesia02_sharpe.pdf)>. Acesso em 2/9/2008.

## ANEXO

### **Transcrição do comentário de Salete Lemos, sem marcações.**

*Parece brincadeira, né? Os bancos – não bastassem as absurdas tarifas, cobradas a todo e qualquer mínimo serviço – agora se sentem à vontade também para o enriquecimento ilícito. Não dá pra acreditar. Só o Bradesco, que vale mais de cem bilhões de reais e que, no primeiro trimestre deste ano lucrou – eu disse lucrou – 1,7 bilhões, teve a coragem de lesar milhares de clientes, com o argumento de que – cê viu – não houve tempo pra pesquisa de dados. Vinte anos. A Caixa Econômica Federal – pior, hein – diz que “não tenho funcionários”. É inacreditável. O governo – ah, o governo – o governo soltou a pior: Segundo o ministro Mantega, o governo estuda reconhecer essa dívida. Reconhecer o quê? Assumir o quê? O roubo dos bancos, que sonegaram extratos? Que embolsaram um trilhão e novecentos bilhões de reais? Isso é praticamente todo o PIB brasileiro, o total de riquezas geradas pela economia brasileira, a economia que trabalha. A nós, que pagamos bilhões em impostos e mais alguns outros bilhões em tarifas bancárias, resta aguardar agora a decisão da Justiça. Hoje a Defensoria Pública da União entrou com uma ação civil pública na 15ª Vara Federal de São Paulo, pra que todos os poupadores prejudicados com o Plano sejam automaticamente recompensados, sem a necessidade de entrar com ações individuais. É o mínimo que a Justiça brasileira – se é que ela existe – pode fazer.*

*Original recebido em: 14/10/2008*

*Texto aceito em: 10/11/2008*